

Excertos do Livro “Jardim, a Grande Fraude”

Parte VIII

A atracção fatal pelos ‘media’

Capítulo XLIV

O homem que morde o cão

Jardim tem uma relação com os media que se situa no domínio do patológico. Não se liberta das suas frustrações na área do jornalismo e olha a comunicação social imaginando-se um treinador de cães amestrados. O seu relacionamento com jornais e jornalistas é um livro aberto sobre a sua personalidade e carácter.

Jardim tem uma visão instrumental da informação. Vive obcecado com as notícias que saem e com aquelas que, na sua imaginação, podem sair. Considera mesmo que a luta política, mais do que no seio dos partidos, se situa no campo dos media. E por isso não olha a meios para atingir os seus fins.

Chegado ao poder nas condições já relatadas, foi-se apropriando de jornais e jornalistas, pressionou e ameaçou muitos mais, pôs processos judiciais a dezenas de profissionais da imprensa, cortou publicidade oficial a jornais locais privados, quis/quer controlar os OCS públicos e privados sediados na ilha, insultou profissionais da comunicação, inventou conspirações jornalísticas contra a Madeira (logo, contra si, pois julga-se ele próprio a região), nunca admitiu uma crítica, entrou em conflito sistemático com organismos como a Alta Autoridade para a Comunicação Social, a Entidade Reguladora da Comunicação, os Conselhos de Opinião ou o Sindicato dos Jornalistas e, gastando a rodos dinheiro de todos nós, mantém ainda hoje o único diário português estatizado, verdadeiro órgão de propaganda do regime em que ele próprio e seus apaniguados escrevem diariamente e onde se publica apenas opinião laranja.

Além disso, montou uma desastrada estratégia mediática pessoal.

Alguém lhe terá contado que nos manuais de jornalismo se diz que se um cão morde um homem isso não é notícia – pelo contrário, notícia é um homem morder um cão. A partir daí, passou a morder em tudo o que ele pensa ser cão. Para ser notícia.

Aparentemente, isso resultou. Jardim anda há mais de três décadas nas primeiras páginas dos jornais – escritos, radiofónicos e televisivos.

E o mesmo acontece na NET, onde é uma estrela.

Porquê? Pelas suas ideias brilhantes, pelo seu arejado pensamento político, pelos seus qualificados conhecimentos, por lhe ser reconhecido prestígio e autoridade? Não. Apenas porque recorre, obsessivamente, ao conflito e a tiradas bombásticas, exóticas e apalhaçadas – entendendo, das regras do jogo, nem a metade...

É que, sabe-se, a indústria dos media precisa de personagens tipo Jardim: fazem vender e aumentam audiências, como acontece com os desastres, os crimes ou os escândalos, que também atraem a curiosidade mórbida do ser humano. Só que, enquanto os jornais beneficiam financeiramente por se prestarem a esse jogo lamentável, os homens que insistem em morder cães desgastam-se, perdem credibilidade, tornam-se vítimas da sua própria estratégia. No caso de Jardim, a realidade é evidente e, para si, dolorosa: é conhecido pelos piores motivos; tem na testa um selo de menoridade resultante da imagem que de si próprio criou; tornou-se, irremediavelmente, num político de âmbito regional e ainda por cima rafeiro (qualificativo que ele tanto gosta de aplicar a adversários).

Sem credibilidade fora da sua tabanca – os próprios dirigentes nacionais do seu partido, como ele mesmo se queixa, querem-no ver longe - está confinado à ilha, refém da sua estratégia e prisioneiro num labirinto de betão e de “yes men”.

1986, arrufos com um director. Jardim sempre teve ligações muito especiais com certos jornalistas, com relevo para alguns directores de determinados jornais. A estratégia era simples: a Jardim interessava escrever artigos de opinião e ter porta aberta para reportagens simpáticas sobre a Madeira; a alguns jornais interessava receber maravedis. Sob forma de publicidade, por exemplo. Isto é: Jardim pagava para escrever, utilizando dinheiros públicos disfarçados de publicidade, redigida ou não, à região. Foi assim, pelo menos, com três jornais do Continente: Dia, Diabo e Tempo.

Fixemo-nos, por ora, numa troca de telexes, em 1986, entre Jardim e Nuno Rocha, director do semanário “Tempo”. São peças de antologia sobre o relacionamento de Jardim com alguns jornais e jornalistas.

Estamos a 14 de Novembro daquele ano. Escreveu o presidente do governo regional da Madeira, dirigindo-se ao director do “Tempo”:

“Ao ler a sua edição de ontem fiquei absolutamente pasmado e indignado. Obviamente que não se trata do seu artigo, nem de um outro intitulado “Botha no Funchal”.

(...) De facto, ofensivo é o tom em que, um bando de ignorantes sobre a

matéria, ataca soezmente as autonomias, na página quatro. O que lá está é injusto e é mentira. (...) Julgo que não merecia o que o “Tempo” me fez, numa altura em que até precisava de uma certa amizade.

Compreendo que, mesmo no meu partido, haja a quem não interesse que eu continue a escrever. Daí que me não surpreenda este artifício, pois qualquer pessoa sabia que eu não poderia deixar de desistir, ante uma coisa tão grave.

Mas poderiam ter-me dito de uma maneira frontal. Não era preciso uma edição destas. Cumprimentos amigos”.

Nuno Rocha, solícito e venerador, respondeu:

“(...) Não posso admitir a ideia de que vai deixar o “Tempo” e farei tudo para manter a sua notável colaboração.

(...) Com o meu artigo esperava receber felicitações das nossas regiões autónomas.

Tudo o que tem feito aí merece o meu apoio. Infelizmente no continente há intenções colonialistas. Os comentários que reputa de infelizes responsabilizam, no entanto, exclusivamente os seus autores. Seria a maior injustiça do mundo que o jornal do continente que primeiro abriu páginas inteiras aos Açores e à Madeira estivesse agora no centro de uma atitude contra o seu comportamento.

Peço-lhe que reflecta e que compreenda que todo o progresso exige sacrifícios. A mentalidade colonialista de Lisboa só se combate se o meu amigo continuar a escrever no “Tempo” como até aqui. Desistir seria dar razão aos incapazes de reconhecerem a realidade.

Nenhum outro jornal português deu até hoje tanto espaço à Madeira como o “Tempo”.

Aprovo o seu convite ao Presidente do governo legítimo da África do Sul. Estou ao seu lado e mais uma vez aprecio a sua visão do futuro.

Não me deixe sozinho.

Com um abraço, Nuno Rocha”

No mesmo dia, Jardim responde:

“Tendo da parte de Vossa Excelência e do senhor chefe de redacção, sentido um pouco de amizade que muito me honra, continuo com o “Tempo” com muito prazer. Talvez eu não devesse fazer ondas, mas sou assim – quem não se sente?

Um abraço amigo. AJJ”

1992, pequena retrospectiva. Em 16 de Outubro de 1992, a direcção nacional do Sindicato dos Jornalistas (SJ), em sintonia com a sua direcção regional da Madeira, divulgou um conjunto de casos concretos verificados no arquipélago na área da comunicação social, tendo igualmente solicitado audiências a várias entidades públicas, *“reclamando o estabelecimento da legalidade democrática na Região Autónoma da Madeira”*.

Como a memória é curta, passo a citar alguns dos casos referidos.

- Logo depois de ter chegado à presidência do governo regional, em 1978, Jardim inventou a CIRCE (uma comissão eventual com funções censórias) que causou grande polémica e repúdio, tendo vindo a ser considerada inconstitucional

- Desde 1978, e durante anos, o GR recorreu a Notas Oficiosas de publicação obrigatória nos OCS regionais, usando-as como armas de arremeso político contra adversários e para pressionar e amedrontar jornais e jornalistas – até que o Tribunal Constitucional declarou ilegal essa prática

- Em 1980, por pressão de entidades regionais, a RTP-M anulou um concurso público para admissão de dois jornalistas, depois do júri ter escolhido Tolentino de Nóbrega e Gualdino Rodrigues, hoje diplomata.

- O jornal lisboeta “Dia”, até desaparecer, foi generosamente subsidiado pelo governo madeirense. Alberto João Jardim assinava semanalmente uma crónica nesse periódico

- No princípio da década de 80 o GR silenciou o jornal local “Diário da Madeira” – que era crítico da governação regional - comprando-o por milhares de contos e fechando-o a seguir.

- Em 1988 o Grupo Parlamentar do PSD-M teve uma iniciativa legislativa que pretendia definir “critérios a seguir pelos jornalistas” na cobertura “dos debates parlamentares”, com o espaço milimetricamente proporcional à representação dos partidos. Teve que recuar.

- Também em 1988, nas eleições regionais, o governo de Jardim suspendeu a publicidade do DN-M por este jornal incluir numa edição uma foto de um comício de um partido que apresentava mais gente do que o do PSD

- Empresas que anunciavam em jornais regionais que não agradavam ao GR foram pressionados a retirar tal publicidade

- O GR suspendeu durante um mês a publicidade oficial ao DN do

Funchal - por este ter denunciado um buraco financeiro na Conta da Região de 1990. O conteúdo do artigo, assinado por Tolentino de Nóbrega – ameaçado de processo criminal – viria a ser confirmado pelo Tribunal de Contas, que apontou um ‘défice oculto’ de 4,6 milhões de contos na referida Conta. A direcção do DN recusou o direito de resposta ao jornalista para esclarecer acusações feitas contra si, no mesmo jornal, pelo secretário regional de Finanças

- Juvenal Xavier foi afastado da apresentação do programa “À volta da ilha”, na RTP-M, por ter referido que o Museu da Baleia havia sido inaugurado duas vezes

- O programa “Panorama”, da RTP-M, foi igualmente suspenso - por ter abordado casos de expropriações ilegais. O mais curioso é que o responsável por tal programa era Luís Calisto, um homem com um percurso e uma relação com Jardim muito curiosos. Foi ele quem escreveu o livro “Achas na Autonomia”, aqui abundantemente citado nos capítulos iniciais, tendo sido apadrinhado por Jardim quando foi ocupar o cargo de director da RTP-M. Calisto também passou pela RDP, pelo semanário “Tribuna da Madeira” e foi director do DN-M até Abril de 2010, continuando na redacção, onde assina semanalmente um artigo de opinião pondo a nu os podres do regime. Hoje, parece ter-se tornado num dos grandes ódios de estimação de Jardim, que o mínimo que agora lhe chama em público, claro, é comunista.

A maré negra em Porto Santo. Nesta lista de casos apresentada publicamente pelo SJ, há também referências ao que se passou aquando da maré negra que, em Janeiro de 1991, se verificou em Porto Santo. Dizia o documento:

“Durante a maré negra em Porto Santo, o Governo Regional obrigou a RTP-M a substituir o jornalista que fez a reportagem, a pretexto de estar a transmitir para o exterior uma imagem negativa da Madeira. Esse jornalista chamava-se José Manuel Rodrigues e foi substituído por Roquelino Ornelas, militante do PSD”.

(As voltas que a vida dá: em 2010, Rodrigues é líder do CDS-M e deputado eleito para a Assembleia da República).

“Durante a maré negra foram sistemáticos os ataques de Jardim à imprensa continental, acusada de estar a prejudicar a imagem da Região e a afectar a sua economia. Alberto João enviou ofícios a algumas entidades locais com fotocópias de reportagens de Tolentino de Nóbrega no “Público”, acusando-o de “trair” os interesses regionais. Mais tarde, Jardim admitiu ter feito contra-informação, em defesa da Madeira”

Ora, estes dois apontamentos aguçaram-me a curiosidade. Fui falar com a jornalista madeirense Helena Marques, que na época tinha

responsabilidades editoriais no “Diário de Notícias” de Lisboa.

“Referes-te ao corte do cabo submarino, não é?”– perguntou, divertida, Helena. “Essa é uma história fantástica. O Alberto João mandou cortar o cabo, no traçado terrestre, para isolar a ilha e impedir o trabalho dos jornalistas, pois o mundo não tinha nada que saber o que se passava na Madeira... Tudo à socapa. E a Marconi, perante a nossa insistência aqui em Lisboa, só nos dizia que havia uma avaria no cabo. Mas quem foi à Madeira e furou o cerco de Jardim foi o Miguel Gaspar. Fala com ele, fala com ele...”.

Miguel Gaspar, hoje director-adjunto do “Público”, relembrou o episódio.

“Foi em 91. Quando, no terreno, me disseram que não era possível telefonar para mandar a crónica para o DN, perguntei a um membro da administração local como é que poderia avisar o jornal que não havia crónica. O homem, muito simpático, informou-me que em Porto Santo só havia uma hipótese: ir ao posto da Marinha e pedir para avisar via rádio. Agradei, fui rapidamente para o hotel escrever o texto e depois fui a correr para o tal posto da Marinha, que era uma coisa pequeníssima. Foram extremamente simpáticos e mandaram o texto todo. O DN foi o único jornal a trazer no dia seguinte toda a informação do que havia sucedido. O dr. Jardim ficou estupefacto - e pior ficou quando, um ou dois dias depois, durante um beberete num hotel de Porto Santo, lhe perguntei se era verdade, como eu já sabia, que fora ele a mandar cortar o cabo. Olhou-me com um ar que não é possível descrever, de tão atrapalhado pela pergunta frontal a que não estava habituado. Foi a coisa mais divertida que me aconteceu em reportagem”.

As notas officiosas. Em 1995, o jurista Francisco Teixeira da Mota, que mantém há anos uma coluna no jornal “Público”, escreveu dois textos intitulados “A Madeira Oficiosa”.

Começa assim um deles: *“As relações entre o Governo Regional e os meios de comunicação social da Região Autónoma da Madeira são notáveis. Em 1983, o Governo Regional emitiu 11 Notas Oficiosas. Uma por mês, com os jornais a terem direito a 30 dias de férias. Nos restantes 11 meses do ano, já se sabe: um colaborador permanente na feitura do jornal...”*

Em 1984, o Gabinete da Presidência do Governo Regional produziu 17 notas officiosas. Mais do que um colaborador, nesse ano o GR tornou-se um jornalista a tempo inteiro. O que não deixa de ser curioso é que o regime legal que sustenta esta situação não parece, sequer, ter existência”. (1 – “A Madeira Oficiosa – II”, Francisco Teixeira da Mota, Público, 26.03.2005)

Tinha toda a razão, Teixeira da Mota. Quase três anos depois o Tribunal Constitucional veio pôr ponto final a essa prática:

“O PS-Madeira queixou-se, o Provedor de Justiça requereu e o Tribunal Constitucional considerou inconstitucionais as normas que impunham a publicação, na imprensa madeirense, de notas oficiosas que serviam mais como respostas e ataques a diversas pessoas entidades” (2 – “Restrição à liberdade de imprensa - Tribunal Constitucional considera inconstitucionais as notas oficiosas de João Jardim”, Tolentino de Nóbrega, Público, 09.01.1998)

De acordo com aquele periódico, no requerimento enviado ao Presidente do TC, o Provedor de Justiça, Meneres Pimentel, considerava a imposição da publicação de notas oficiosas como *“uma verdadeira restrição à liberdade editorial de imprensa”*.

Para se ter uma ideia do teor das notas oficiosas, o jornalista fez de seguida uma espécie de “flash-back”: *“Jardim tem assinado notas oficiosas, de publicação integral e obrigatória por todos os órgãos de comunicação da região, para apontar o dedo a jornalistas “traidores à Madeira” e acusados de “denegrir” a imagem da Região no exterior; para reagir à “mediocridade desprestigiante e arrufos de antipatias” de “escribas”; para responder aos “imbecis, relapsos e contumazes” dirigentes do PS; para atacar o “bafiento e rastejante” CDS ou a “mentalidade colonial” dos titulares de órgãos de soberania; para ripostar a afirmações “idiotas e insultuosas para o povo da Madeira na pessoa do seu presidente”, inseridas nas “cabalas internacionais contra a Região Autónoma”, orquestrada pelo PS com a colaboração de Bush, Maçonaria e Trilateral.*

Na semana das últimas eleições autárquicas, “situações de emergência” levaram Jardim a emitir três notas oficioas em quatro dias: duas para atacar os presidentes das duas únicas Câmaras socialistas da região (Porto Santo e Machico) e a terceira para desmentir “agentes caluniadores” que referiam o envolvimento de uma figura pública local na rede de pedofilia denunciada na Bélgica. Já em 1998, a primeira nota oficiosa foi para desmentir uma eventual remodelação governamental, notícia que Jardim atribuiu à “indisposição própria do período” da jornalista autora”. (4 – Ibidem).

Capítulo XLV

“Bastardos, para não lhes chamar FdP”

Em 2005 vários jornais noticiaram que Jardim acumulava a reforma com a remuneração do cargo de presidente do governo regional. Furioso, declarou publicamente: “Há por aí uns bastardos na comunicação social do continente – e digo bastardos para não lhes

chamar filhos da puta – que aproveitaram este ensejo para desabafar o ódio que têm sobre a minha pessoa”.

Os conflitos de Jardim com a comunicação social e seus profissionais - que o líder ilhéu procura avidamente – são, como já se disse, permanentes e variados. Este caso, pelo insólito, desfaçatez e boçalidade, assenta-lhe bem: é a foto de corpo inteiro do “Estadista” que a Madeira tem.

Com era de esperar, tais declarações tiveram forte repercussão.

Alfredo Maia, presidente do SJ, considerou-as “gravemente ofensivas”.

Marques Mendes, então Presidente do PSD, disse publicamente: *“Julgo que na vida política também há limites para a linguagem. No caso concreto, esses limites foram ultrapassados. Mas julgo que o dr. Jardim é, seguramente, o primeiro a reconhecer isso mesmo”.* Não reconheceu: Jardim lamentou “as fragilidades” que o líder do PSD manifestara.

Porém, não era um homem só: *“A bancada do PSD-M na Assembleia Legislativa da Madeira aprovou um voto de congratulação e brindou Alberto João Jardim com uma salva de palmas de um minuto, com todos os deputados laranja de pé, pela forma “firme” como “denunciou comportamentos na comunicação social de Lisboa” que atentam contra “os direitos, liberdades e garantias” dos portugueses”* (1 – “PSD-M aplaudiu de pé insultos de Jardim”, Jorge Freitas de Sousa, DN-M, 09.06.2005)

Em contrapartida, toda a oposição repudiou o acto. Bernardo Martins (PS) falou de garotice; José Manuel Rodrigues (CDS) propôs que o registo áudio da ovação fosse enviado à Quinta Vigia e à Coreia do Norte; Leonel Nunes, do PCP, foi mais longe: *“A boçalidade irresponsável”* de Jardim e a atitude da bancada laranja eram a prova de que a *“saúde mental e o combate ao alcoolismo não estão a ser feitos como deve ser”*; Roberto Almada (BE) classificou o voto de congratulação como *“palhaçada, sem ofensa para os palhaços”* e considerou que Jardim necessitava de *“tratamento psiquiátrico”*, uma vez que tem *“grandes desequilíbrios mentais”*.

O grande líder, entretanto, veio a público garantir que não dissera nada de polémico e que as suas palavras não se dirigiam a jornalistas. E ameaçou processar quem dissesse que ele insultara jornalistas.

Em 93, conspirações. Neste ano, Jardim escreveu uma carta aberta aos madeirenses – que teve largo eco nos media - denunciando uma *“conspiração” global para o “abater”*.

O desvario do governante ilhéu era, verdadeiramente, descomunal: descobrira nova cabala contra a Madeira, ou contra si próprio (o que no seu entender é a mesma coisa), que envolvia o Presidente da República, o ministro da República, a Comissão Nacional de Eleições, a comunicação social, ‘lobbies’ económicos e sociedades secretas, *‘todos interessados em me abater’*. Por invejas – garantia.

Contudo, nesta carta havia um progresso: em vez de Bush, dos fundamentalismos islâmicos e da maçonaria que apontara noutra conspiração por si inventada em vésperas das eleições regionais de 1992, Alberto João reduzia agora as forças interessadas em abatê-lo ao *‘continente poderoso’*.

Conclusão de Jardim na referida missiva: *‘Eles querem-me calar a todo o custo. Atentam, inclusive, contra a minha liberdade de expressão. Querem abater-me para que a Madeira e os madeirenses possivelmente lhes sejam mais fáceis’*. (3- *“Jardim escreve aos madeirenses”, Tolentino de Nóbrega, Público, 27.11.93*)

Em 94, expulsões. Em Março de 94, outro episódio grave veio marcar o relacionamento de Jardim com os media. Lília Bernardes, representante do Diário de Notícias lisboeta, relata a expulsão dos correspondentes dos jornais continentais numa conferência de imprensa no final de uma reunião da Comissão Política do PSD-M. Ela própria foi uma das vítimas, juntamente com Ivo Caldeira (SIC) e Tolentino de Nóbrega (Público)

O Sindicato dos Jornalistas manifestou *“solidariedade e apoio incondicional aos profissionais da informação que enfrentam, na Madeira, situações de pressão e de censura próprias de um regime ditatorial”*.

Lília acrescentava que a organização representativa dos jornalistas apelara também à *“intervenção de todas as instâncias do poder democrático no País para tentar travar este tipo de atropelos, que mais não visam do que amordaçar os jornalistas”*. (4- *“Jornalistas do Continente expulsos de conferência de imprensa” – Lília Bernardes, DN, 04.03.94*)

Ao mesmo tempo, a direcção do DN de Lisboa publicava uma nota intitulada *“Um atentado intolerável”*:

(...) O Diário de Notícias não pode tolerar que normas básicas de um Estado de Direito democrático sejam violadas por um responsável (?) político que tem, do território que governa, uma concepção feudal. A legitimidade eleitoral do dr. Jardim não lhe dá o direito de considerar a Madeira como uma quinta a cujo proprietário são permitidas todas as arbitrariedades. É por essa razão que o Diário de Notícias decidiu accionar os mecanismos legais ao seu dispor no sentido de prevenir a

repetição de episódios deste tipo”. (5 – Ibidem)

Tolentino de Nóbrega também relatou o episódio e acrescentou este pormenor: “ (...) Aos profissionais locais – os únicos admitidos à conferência de imprensa, também aberta à TVI – Jardim lembrou que ‘muitos têm filhos’ e que ‘está em causa o futuro da Madeira’. Para evitar problemas, o dirigente insular ‘aconselhou’ os jornalistas madeirenses a não seguirem o exemplo dos seus colegas correspondentes de órgãos de comunicação social do Continente, mais uma vez acusados de ‘denegrirem a imagem da região no exterior’ e, por tal, impedidos de entrar na sede do PSD – tal como acontecera com os jornalistas do continente durante a campanha eleitoral das Regionais-92’. (6 – “Jardim tenta impor censura”, Tolentino de Nóbrega, Público, 04.03.94)

1997, um ‘precedente estalinista’. Em Outubro de 1997, Jardim convocou de urgência os jornalistas para fazer uma “comunicação à região Autónoma”. De mau humor, disparou: ia alertar a população da Região e do país em geral para “mais uma campanha desesperada contra a Madeira, em meios de comunicação social sob tutela socialista, ou de propriedade de interesses com tal Governo afins”.

Essa campanha, alegou, “constitui um precedente estalinista contra os direitos, liberdades e garantias de todos os portugueses” e visava “esmagar a parcela portuguesa que livremente não caiu no domínio político da esquerda”.

Mais uma vez, os órgãos atingidos foram a RTP, a RDP-M e o DN lisboeta. A RTP, por ter transmitido a reportagem “À margem do paraíso”, que retratava a vida dos meninos madeirenses de Câmara de Lobos no mundo da prostituição infantil; o Diário de Notícias, por publicar notícias sobre o aeroporto do Funchal “cujos títulos e natureza não correspondem à verdade e lesam a economia da Madeira”. A RDP-M, pela “parcialidade da informação” difundida. (8 – “Separatistas no Continente”, Lília Bernardes, DN, 31.10.97)

1998, contra o “polvo tentacular”. O PSD-M inaugurou uma sede partidária e Alberto João não viu por lá a RTP. Convocou uma conferência de imprensa e, em tom ameaçador, acusou a TV pública regional de “não fazer cobertura das iniciativas do PSD/M, enquanto faz cobertura de tudo quanto vem da oposição”.

De seguida atirou-se aos ‘lobbies privados’: “Vivemos num país livre. Estão no direito de apoiar quem muito bem entenderem. Sabemos que o polvo tentacular da Internacional Socialista se estende na Europa ante a timidez do centro e da direita europeias. (...) É uma organização que trabalha muito bem. O objectivo é o controle da comunicação social”

Depois atirou-se à SIC por ter transmitido a reportagem “*Jardins Proibidos*” sobre os meninos de Câmara de Lobos. “*A SIC não me grama. As relações com Pinto Balsemão nunca foram famosas e este senhor Rangel deve ser da mesma equipa. Agora, não façam coisas vergonhosas*”

2001, um texto indigente e insultuoso. A 7 de Junho de 2001, no “Jornal da Madeira”, Jardim publicou um texto intitulado “*Gente que ‘faz’ a Opinião Pública na Madeira!*”.

Nessa peça, o presidente do governo regional desce ao porão da decência: servindo-se de um jornal que o regime paga, ataca de modo ultra-rasca o jornal concorrente, o “Diário de Notícias” da Madeira – e quem lá trabalha.

Começa assim: “*O ‘mentiroso’ passou-se*”. E daí para a frente é sempre desse modo que refere o “DN”: o mentiroso. E vai por aí fora numa escalada de insultos que Bokassa não desdenharia.

No mesmo dia, a direcção regional do SJ emitiu um comunicado repudiando “*as afirmações proferidas pelo cronista Jardim*”.

“*Lamentamos que o cronista classifique, levemente, de ‘mentiroso’ um órgão de informação centenário - e rotule de ‘militantes de esquerda’, ‘grupelho’ e ‘arruaceiros do papel’ todos quantos nele trabalham. Lamentamos que o referido cronista classifique de ‘idiota, sectária e desonesta’ uma jornalista (...) Lamentamos que classifique de ‘bufos’ e ‘complexados’ aqueles a quem, no jornalismo, se chamam ‘fontes de informação’. (...) Desafiamos o referido cronista a recorrer às instâncias próprias e aos instrumentos consignados na lei para provar os enxovalhos que, ciclicamente, dirige à nossa classe*”.

Dois dias depois, Jardim responde ao Sindicato dos Jornalistas nas páginas do “sempre às ordens” Jornal da Madeira. “*Estou-me nas tintas para vocês*” – é o título da prosa que, pela linguagem e conceitos, é mais uma peça à altura de um grande estadista.

E como o SJ reagiu publicamente à linguagem utilizada por Jardim, este, na edição de 10 de Agosto do “Jornal da Madeira”, veio de novo à liça com uma crónica intitulada “*À maneira de Rafael Bordalo Pinheiro*”.

Começava assim: “*O denominado Sindicato dos Jornalistas parece querer conversa*”. E, dando largas ao seu insanável conflito com a língua portuguesa, espraia-se depois por uma série de considerações de lógica e conceitos duvidosos, chegando mesmo a afirmar: “*Sou um homem livre, num País ainda livre. Assim como não imponho a opinião seja a quem for, também não vai ser um sindicato de jornalistas que ma vai impor, inclusive porque tenho o direito de ter opinião cultural sobre estes*

sindicalistas”. E despede-se em grande estilo: “*Faço-vos o gesto que imortalizou Rafael Bordalo Pinheiro*”.

2002, prémios ‘Heraldo’ ao fundo

A Associação de Jornalistas da Madeira criou em 2001 o prémio de jornalismo “Heraldo” destinado a galardoar os melhores trabalhos publicados anualmente nos ‘media’ da Região. A Associação dos Municípios da Madeira (AMM), presidida por Miguel de Albuquerque, presidente da Câmara do Funchal, achou a ideia interessante e patrocinou-a.

O júri, designado pela Associação de Jornalistas da Madeira, integrava, entre outros elementos, representantes da Associação dos Municípios, da Universidade da Madeira, do Sindicato dos Jornalistas e do Clube dos Jornalistas (no caso, eu próprio).

Muitos trabalhos concorrentes eram de excelente qualidade. E após algumas horas de discussão, chegámos a um consenso e atribuímos os primeiros Prémios Heraldo, patrocinados pela Associação de Municípios da Madeira.

O tempo foi passando e a entrega dos prémios foi sendo adiada, desconhecendo-se as razões. Até que, a 28 de Outubro de 2002, fiquei a saber, por um texto da Lília Bernardes no “DN” lisboeta, que não havia Heraldos para ninguém: “*Alberto João Jardim assegura que o Governo Regional ‘não gasta dinheiro com comunas’, numa referência à atribuição de um prémio de jornalismo patrocinado pela Associação de Municípios da Madeira, no valor de 7.500 euros, e angariado pela Associação dos Jornalistas da Madeira*”.

Ora assim é que é: a Associação de Municípios patrocina e Alberto João ‘despatrocina’, numa prova clara de que, na Madeira, Jardim fala e o Poder Local, que sabe bem do que a casa gasta, abana as orelhas e concorda. Até hoje ninguém veio a terreiro explicar o que se passou – nem autarcas, nem a Associação de Jornalistas (que entretanto se finou), nem o governo que, sente-se, não teve nada a ver com o assunto.

Capítulo XLVI

Tentações do Diabo

Os jornais, rádios e televisões escolhem personalidades cujas opiniões podem fazer a diferença – e pagam-lhes para escrever. Jardim não está nesse lote. Ele escreve - mas paga para publicar, recorrendo a dinheiros públicos que aparecem depois na contabilidade oficial como publicidade. São tentações do diabo. E não só.

“O Governo Regional da Madeira, presidido por AJJ, pagou ao semanário “O Diabo” cerca de cem mil euros. Para quê? Inserção de publicidade, são as tímidas e escassas explicações oficiais. Mas a publicidade à Madeira é quase nenhuma. Em contrapartida, os artigos louvando Jardim abundam” – assim reza a abertura de um trabalho de Jorge Henrique Bastos publicado em 15 de Janeiro de 2005 na revista “Grande Reportagem” (GR)

A história, escabrosa, é simples: entre 2000 e 2004 o governo de Jardim pagou, pelo menos, cerca de cem mil euros para publicidade institucional que nunca apareceu nas páginas daquela publicação semanal lisboeta. Contudo, a “GR”, que teve acesso a um memorando interno de José Alfaia (antigo secretário de Estado da Comunicação Social num dos Governos de Pinto Balsemão que, segundo o secretariado do semanário, tinha ali funções administrativas), suspeitava que a quantia paga a “O Diabo” devia ser bem superior, rondando os 360 mil euros só durante aquele período. De sublinhar também que “O Diabo” vendia naquele então cerca de 10 mil exemplares por edição, com pouco mais de 20 jornais comprados nos quiosques do Funchal.

O modo de pagamento mostra a dimensão da ilegalidade e a consciência que dela tinha o grande líder ilhéu.

A “GR” obteve cópias das facturas emitidas pela “Editorial Via Norte” (proprietária do semanário) dirigidas a todas as sete secretarias regionais do governo, vice-presidência incluída. De acordo com a revista, *“o quantitativo de cada factura oscila entre os 5636,42 e os 5935,70 euros, sendo que a maioria é deste segundo valor”*. A periodicidade era mensal.

Escreve depois Jorge Henrique Bastos: *“A crer que a explicação apresentada para a emissão de todas essas facturas foi inserção de publicidade em “O Diabo” às várias secretarias regionais madeirenses, estaremos então perante uma fraude, dado que nestes cinco anos não avultam nas páginas do jornal anúncios que justifiquem tais verbas. Uma investigação sumária a todas as edições de ‘O Diabo’ a partir de 2000 prova que tal publicidade é virtualmente inexistente”*.

Porém, em contrapartida, a Região Autónoma está presente em “O Diabo” semanalmente *“através de uma crónica de Jardim intitulada “Contra-Sistema”, com lugar cativo em toda a página 2 desde Novembro de 1989”*.

Significativamente, os pedidos de esclarecimento enviados por escrito às sete secretarias regionais, incluindo a vice-presidência do governo da Madeira, ficaram sem resposta – mas Jardim, de imediato *“desferiu um*

ataque à 'GR' na crónica que mantém no diário "Jornal da Madeira" – lê-se na GR.

Na sua linguagem característica escreveu o presidente do governo regional: "(...) Num desses fretes que a PT faz à 'esquerda', (...) existe uma denominada 'revista semanal', de nome megalómano "grande reportagem". É uma porcaria em que a 'gestão' da PT gasta dinheiro. E daria para fazer um circo 'gauchiste', em que a paródia reside nos disparates e má qualidade de tudo aquilo, onde não faltam o Vieira que foi ornamento do Expresso (referência ao director da 'GR', Joaquim Vieira), bem como o barata horrível (alusão ao jornalista Barata-Feyo, colaborador da revista)" (1 – "Contas do Diabo", Jorge Henrique Bastos, "Grande Reportagem", 15.01.2005)

Tribunal de Contas confirma. Dois anos mais tarde, em 2007, o Tribunal de Contas confirma, no fundamental, o conteúdo da investigação da "Grande Reportagem". Com uma novidade: ficámos a saber que a 21 de Fevereiro de 2005 a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais pagara à "Editorial Via Norte", proprietária de "O Diabo", a quantia de 5.935,70 euros ...por uma crónica de Jardim, denominada "A intolerância da esquerda", que havia sido publicada a 9 de Setembro de 2004.

Obviamente ao Tribunal a coisa cheirou a esturro – a marosca via-se à légua. Resultado: o TC concluiu que tais pagamentos se afiguravam "ilegais e indevidos (..) sendo a situação descrita susceptível de originar responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória".

"É mentira. Só havia um protocolo". Na posse destes dados, telefonei ao director de "O Diabo", Rebordão Esteves Pinto (REP), um jornalista que conheço desde 1971.

Pus-lhe a questão. REP respondeu sem hesitar: "É mentira que Jardim subvencione "O Diabo". O que houve foi um protocolo, que durou pouco tempo e até era ridículo. O governo da Madeira comprava espaço que podia utilizar dentro de determinadas circunstâncias".

"Isso incluía a crónica de Jardim?" – perguntei.

"Ele colabora com "O Diabo" há 20 anos, ininterruptamente, fruto de uma empatia natural entre a minha mulher (Vera Lagoa) e ele. Tinham ambos a mesma maneira de viver e sentir certas questões políticas e tinham o mesmo feitio, modo de reacção e postura perante certos problemas da vida. Ambos agressivos e até provocadores. A colaboração surgiu, genuína e naturalmente, da maneira de ser de ambos".

"A revista "Grande Reportagem" conta outra história e mostra facturas a

que teve acesso” – retorqui.

“Não foi só essa revista. Outros jornais e jornalistas tentaram assassinar política e humanamente Jardim. O curioso é que a comunicação social, mesmo sem querer, faz o jogo dele.”

“Podes dar mais pormenores sobre esse protocolo?” – insisti.

“Era um protocolo de compra de espaço, já te disse. Sabes, o pai da Maria Armanda (Vera Lagoa) esteve metido na revolta da Madeira. Ela deixou lá pessoas amigas. E depois havia a figura do Alberto João. Aquela exuberância. Aquela provocação quase permanente. Do ponto de vista humano davam-se lindamente. Foi espontâneo. A grande diferença entre os dois é que ela não tinha o calculismo político que ele tinha e tem. E o protocolo surgiu naturalmente. Ele manda a crónica, é livre de escrever o que quiser. E nós somos livres de escrever o que quisermos sobre a Madeira”

“Mas até hoje é só elogios, mais parece propaganda...” – adiantei.

“É o teu ponto de vista. Mas é verdade que trazemos muitas matérias em que realçamos os aspectos positivos da governação do cavalheiro, que até são muitos. Mas isso é intenção minha, é porque eu quero. No jornal criou-se o clima de valorizar o trabalho dele. Porquê? É um bocado na linha daquilo que a Maria Armanda fazia. E que eu acho justo. Além disso eu gosto de contrariar os tipos que o chateiam”.

O caso “Notícias da Manhã”. Na área dos media, Jardim tem dedo para escolher os seus parceiros especiais no continente, que sempre partilharam, pelo menos, duas características: práticas jornalísticas duvidosas e ligação umbilical à direita e até à extrema direita.

Já falei do “Tempo” e do “Diabo”. Vejamos agora o “Primeiro de Janeiro”, o “Dia” e o “Notícias da Manhã”, um trio com um ponto comum: tiveram como seu proprietário um empresário do norte chamado Eduardo Costa, cuja história não é propriamente recomendável: *“(…) A partir da província, Eduardo Costa ergueu um império, dos media às águas naturais. O rasto de suspeitas, ilegalidade e condenações não o impede de receber milhões do Governo e manter o estatuto de utilidade pública do seu grupo ‘Folha Cultural’ (...)” (1 – “O Homem por detrás do Janeiro”, Miguel Carvalho, Visão, 22.08.2008)*

Ora, Jardim esteve ligado fortemente a este homem, pelo menos através daqueles três jornais.

O “Primeiro de Janeiro”, onde Jardim, obviamente, tinha direito a crónica, ainda por aí se arrasta em penosa agonia; O “Dia” e “Notícias

da Manhã” já desapareceram. Este último, de resto, morreu como viveu: confidencialmente. Ninguém deu por ele. Excepto Jardim.

O “NM” arrancou a 17 de Janeiro de 2005, tinha sede em Lisboa e fechou em 2009. A sua linha editorial estava basicamente centrada na Área Metropolitana de Lisboa, embora estivesse estranhamente classificado como “jornal de âmbito nacional”. Tinha uma mini-redacção mal paga, nunca se soube a sua tiragem real, era impresso em Oliveira de Azeméis e, como me confirmaram jornalistas que lá trabalharam, apenas publicava despachos da ANOP e coisas da Madeira.

Telefonei a Manuel Vasco, o homem que foi o seu director desde a primeira edição. Começou por dizer que não queria sequer ouvir falar no “Notícias da Manhã” e muito menos de Eduardo Costa.

“Porquê?” – perguntei.

“Foi o pior período da minha vida. Ordenados em atraso, trabalhadores enganados, despedimentos ilegais, processo litigioso com Eduardo Costa. Fiquei traumatizado, virei a página, trabalho agora noutra área, não quero nem ouvir falar nesse senhor”

Fiz-lhe a pergunta sacramental: “O que é que levaria o Governo da Madeira a publicar no “Notícias da Manhã” editais e anúncios de concursos no arquipélago? Não achava isso estranho?”

Manuel Vasco foi rápido na resposta: *“Julgo que isso ficou a dever-se ao facto de o protocolo que existia entre o dr. Jardim e o “Dia” ter sido transferido para o “Notícias da Manhã” quando aquele título acabou. O proprietário era o mesmo...”*

“E que protocolo era esse?”

“Não sei, isso e outras coisas ficavam no segredo dos deuses.”

“Não teria a ver com o facto de o jornal, apesar de classificado como de âmbito nacional, ser quase clandestino e o governo madeirense querer que os anúncios passassem despercebidos?”

“Bom, isso não sei”.

“Dizem-me que o senhor avisou várias vezes jornalistas para terem muito cuidado com o que escreviam sobre a Madeira, pois o jornal só se aguentava com o dinheiro que vinha de lá. É verdade?”

“Ó meu amigo, deixemo-nos de ingenuidades: nós sabíamos que havia um protocolo com o dr. Jardim e que a Madeira era um país à parte. Naquele contexto não tínhamos que ter pruridos – nada de guerras com o dr. Jardim. Tínhamos que ter todo o cuidado, essa era um área sensível.

Nunca o escondi. Mas não fiz censura. Chamava apenas a atenção para uma realidade bem presente no nosso dia-a-dia. De resto nunca tive reclamações – todos compreendiam a coisa”.

“Quero que a AR se foda”

Noutro registo e noutro patamar do comportamento e da personalidade de Jardim, há um episódio que nunca é demais lembrar e lhe assenta como uma luva: a fotografia em cuecas publicada com enorme destaque no semanário lisboeta “Tal&Qual”, acompanhada de frases de grande elegância e responsabilidade, tipo “Estou-me a cagar para Lisboa” e “Quero que a Assembleia da República se foda”.

Era Carnaval e Jardim, que ia participar no tradicional desfile, aceitou que dois jornalistas daquele semanário (José Paulo Fafe e o repórter fotográfico José Carlos Pratas) o acompanhassem a par e passo para mostrar como ele vivia a festa.

“Em apenas poucas horas, o controverso líder madeirense malhou forte e feio nos políticos de Lisboa, (...) gritou slogans revolucionários, deitou a língua de fora à oposição, cantou, saltou e, claro, ainda arranjou tempo para emborcar uns valentes whiskys” – escreveu aquele enviado especial. (1 – “O Rei do Carnaval”, José Paulo Fafe, “Tal&Qual”, 14.02.97)

Ao longo de três páginas e 14 fotografias, a história do Carnaval de Jardim foi relatada ao pormenor. O Presidente do Governo Regional e membro do Conselho de Estado, que já conhecia aqueles dois jornalistas de outras situações (acompanharam-no, por exemplo, numa deslocação à Venezuela como repórteres da revista “Sábado”), mostrou-se *“esfuziante, espalha-brasas, um autêntico furacão”*, fazendo rir tudo e todos.

Porém, quando a reportagem foi publicada caiu em si, apressou-se a negar que tivesse dito o que disse, jurou que tinha sido fotografado à socapa e ameaçou os jornalistas e o jornal com um processo – o que, obviamente, nunca fez.

O “Tal&Qual” foi ouvir várias personalidades: Almeida Santos, então Presidente da Assembleia da República, disse que ia tomar uma atitude (nunca se soube qual...); Guterres não quis dizer nada garantindo que o país perceberia porquê; Marcelo Rebelo de Sousa falou de campanhas contra Jardim e manifestou-lhe a sua solidariedade pessoal; Manuel Monteiro revelou-se indignado e pediu ao PR para tomar posição pois o assunto era grave; Carvalhas disse que as declarações de Jardim eram inqualificáveis e do foro psiquiátrico.

E tudo ficou por aí.

Capítulo XLVII

“JM”, manipular e gastar à tripa forra

O “Jornal da Madeira”, órgão de propaganda do regime, está falido, segundo o Tribunal de Contas. Porém, vive à grande e à francesa - graças a dinheiros públicos disponibilizados por Jardim. Quanto a notícias e opiniões, nem Salazar faria melhor: mesmo sem lápis azul, só sai o que é considerado positivo para o dono da ilha, ao mesmo tempo que os partidos de oposição são atacadas sem dó nem piedade. Os escribas maiores são o próprio chefe do governo e um punhado de subalternos laranja. A Igreja Católica, que já foi a dona da casa, ainda lá se senta à mesa.

O “JM” é caso único em Portugal. Começamos pelos números: de 1993 a 2008 (16 anos) o governo regional injectou no “Jornal da Madeira” mais de €38 milhões, numa média de cerca de 6500 por dia.

A tendência, no entanto, é para aumentar: em 2006 e 2007, esse dinheiro para a propaganda do regime cresceu de forma galopante - cerca de 4 milhões de euros em cada um desses anos e à roda dos cinco milhões em 2008.

Por isso, a situação em fins de 2008 era catastrófica: com um prejuízo acumulado de 33 milhões de euros e capital próprio negativo (apesar das avultadas verbas recebidas), a sociedade foi declarada tecnicamente falida pelo Tribunal de Contas (TC), que recomendou a sua dissolução.

E como o folguedo continua, imagine-se a situação nos dias de hoje.

Porém, Jardim não se atrapalha nem muda de rumo. Repetiu o que já tinha dito em 2007, em resposta ao relatório do TC "Fluxos Financeiros entre a Administração Pública Regional e a entidades de comunicação social" relativo ao ano de 2005:

"(...) O Jornal da Madeira é, hoje, uma guerra de regime, não alinha pelo pensamento único e pela falta de pluralismo que está vigente em Portugal";

"Custe o que custar [o "Jornal da Madeira"] tem de ser mantido para continuar a desenvolver uma luta contra o sistema imposto".

A oposição, contudo, não está pelos ajustes. O PS regional requereu um debate parlamentar sobre o jornal - mas o PSD rejeitou tal hipótese.

Por outro lado, em Abril de 2009 a Empresa Diário de Notícias (EDN), proprietária do jornal directamente concorrente do “JM”, apresentou uma queixa à Autoridade da Concorrência (AdC), denunciando que o “JM” tem sido beneficiado, ao longo dos anos, por subsídios à exploração, suprimentos e canalização da publicidade institucional, seja do próprio Governo regional, seja de instituições ligadas à administração.

O “Garajau” também se queixou.

A resposta da AdC surgiu em fins de Julho desse ano – e acusa Jardim de fomentar a concorrência desleal. Contudo, passou a bola à Comissão Europeia e ... ao governo de Jardim:

“A Autoridade da Concorrência recomendou hoje que o Governo Regional notifique a Comissão Europeia sobre os auxílios financeiros prestados à empresa pública Jornal da Madeira, Lda e solicita a adopção de princípios de actuação para evitar distorções da concorrência em futuros auxílios à Comunicação Social na Região.

Da análise aos apoios financeiros prestados à empresa, a AdC concluiu que “as injeções de capital da Região Autónoma da Madeira no JM, envolvendo recursos públicos, poderão ser qualificadas como Auxílios de Estado”.

De acordo com a AdC compete em exclusivo ao órgão executivo da UE a análise do caso, arriscando-se a Região a ter que restituir valores injectados na empresa num prazo de 10 anos a contar da data em que foi concedido, caso Bruxelas os considere ilegais. (1- “GR deve notificar Bruxelas sobre auxílios ao Jornal da Madeira”, AFS, DN-M, 30.07.09)

No caso interveio ainda a Associação Mundial de Jornais, que representa 18 mil publicações de 102 países. O seu Presidente, Gavin O’Reilly, em Abril do 2009 escreveu uma carta a Cavaco Silva, Presidente da República portuguesa, expressando *“sérias preocupações pelo abuso deliberado, por parte do governo da Madeira, da utilização dos fundos estatais no apoio à imprensa, com a consequente distorção do mercado dos jornais ao infringir as regras básicas da concorrência”.*

Lembrando que o governo regional detém 99,97% do capital do “JM”, O’Reilly sublinha não só os 38 milhões de euros dos contribuintes injectados em 16 anos naquele jornal, mas também a distribuição desequilibrada da publicidade oficial: em 2007 e 2008, governo e administração pública compraram ao “JM” 234 e 216 págnas, respectivamente, enquanto ao “Diário de Notícias” compraram apenas 10 e 18 páginas. Com uma agravante: o “JM” passou entretanto a ser gratuito, aumentou a sua tiragem de 5 para 15 mil exemplares e baixou consideravelmente o preço da publicidade, prejudicando objectiva e gravemente a concorrência, nomeadamente o Diário de Notícias.

“Estamos profundamente preocupados pelo facto de a Região Autónoma – cujo Presidente é um colaborador regular do “JM”, o qual por sua vez apoia fortemente o seu partido – não respeitar as Regras da Concorrência existentes em Portugal e utilizar fundos oficiais na tentativa de forçar o Diário de Notícias a sair do mercado” – escreveu o Presidente da Associação Mundial de Jornais.

O desejo de ser mártir. Neste interim, também em Abril de 2009, em Lisboa, a maioria absoluta do PS na Assembleia da República aprovou o decreto sobre o pluralismo e não concentração dos meios de comunicação social que, entre outras coisas, proibia autarquias e regiões autónomas de serem titulares de OCS.

Sentindo-se atingido, percebendo que estava em sérias dificuldades para manter a sua amante cara chamada “JM”, Jardim reagiu nos moldes habituais.

Começou por classificar o decreto como “nazificante” e garantiu que “apesar da iniciativa fascista para calar a imprensa de diversos quadrantes políticos”, vai continuar a publicar o JM, propriedade da região.

Embalado na sua própria retórica, afirmou depois: *“Nem que a gente vá todos presos. (...) A autonomia chegou a um momento em que precisa de mártires para dar os saltos seguintes. E eu, aos 66 anos, já não me divirto muito cá fora. Já posso ser preso político, já posso fazer o papel de mártir, porque são os mártires, depois, que fazem as grandes mudanças na História”*. (2- “Jardim acha “nazificante” lei de concentração dos media que defendia em 2000”, Tolentino de Nóbrega, Público, 17.04.2009)

Instrumentalização descarada. Páginas atrás, no capítulo XVI, intitulado “Cunha e Silva, o grande contemporâneo”, há matéria abundante e relevante que testemunha o modo como o poder político manipula há anos, de forma autoritária e despudorada, o “Jornal da Madeira”.

Essa prática é tão óbvia e tão tosca que, pelo menos em certo período, o próprio Jardim chegou a mandar bilhetes escritos ao director-adjunto do jornal com instruções para tratar esta ou aquela matéria, ou para atacar este ou aquele personagem.

E nessa indecorosa prática de bilhetinhos escritos – que exemplifica na perfeição o sentimento de impunidade existente - o seu assessor de imprensa, Paulo Pereira, também lhe seguiu as pisadas.

De pasmar, ou talvez não

“Mando-lhe umas notas”, “trate o assunto como puder”. A ordem, sob a forma de bilhetinhos escritos em papel, sai da Quinta Vigia directamente para o ‘Jornal da Madeira’, assinada por Alberto João Jardim com ‘um abraço e obrigado’ ao director-adjunto do matutino.

‘Lembra-se do que combinámos sobre a estratégia da antecipação?’ pergunta o presidente madeirense num cartão pessoal, datado de 9 de Fevereiro de 2000, e que tem apenas as instruções para os ataques a desferir contra determinados alvos políticos”.

Estes são os dois primeiros parágrafos de uma notícia intitulada “*Jardim instrumentaliza na Madeira único jornal estatizado do país*”, saída no “Público” no dia 1 de Outubro de 2005.

Tolentino de Nóbrega, seu autor, começa por uma síntese (“*Presidente do governo regional ‘orienta’ Jornal da Madeira nos ataques aos seus adversários políticos e na promoção da sua imagem*”) e para que ninguém duvidasse da veracidade da informação, reproduz dois desses bilhetinhos: um, assinado por Alberto João Jardim; outro, pelo seu assessor, Paulo Pereira, ex- jornalista da RDP-M, com reputação degradada no meio profissional.

No bilhetinho do presidente, há uma primeira parte absolutamente extraordinária, visando a sua própria prima Helena Jardim (que entrara em ruptura com o PSD, de que era militante) e o seu companheiro Balecas, ex- colaborador de Jardim para todo o serviço.

Lê-se no tal cartão pessoal do líder madeirense para o director-adjunto do “JM”: “*Temos o caso de Helena Jardim, que é completamente maluca – é mesmo doente, como outros casos na família, infelizmente – e nas mãos desse execrável ‘empregado doméstico’ (para não dizer outro nome). Pressinto que ela vai fazer asneira, a mando de alguém*”.

Arrumado o caso da prima, Jardim diz por escrito a Rui Fino: “*Mando-lhe umas notas que resumem o que apurei, solicitando ao meu Amigo que, se assim o entender, trate o assunto como puder. Um abraço e obrigado. AJJ*”.

Nessas notas, Jardim, que na altura estava a preparar o lançamento da sua própria candidatura à liderança do PSD e a Belém – como realça Tolentino – pede que o jornal “denuncie” que está a ser preparado um ataque feroz a si próprio e ao governo regional, nele envolvendo “*jornais, rádios, revistas e TV dos grupos Lusomundo, Balsemão, Pais do Amaral e Belmiro*”.

Na sua estratégia de “vitimização” para lhe “dar novo fôlego”, o governante solicita a referência a “dez meses de ataque permanente, com o apoio dos conhecidos ‘correspondentes’, encarregando-se o Diário de Notícias do Funchal, a RDP/Madeira e a TSF, dirigida por um primo do eng. David Caldeira, de ‘transcrever’ no território madeirense as cabalas editadas em Lisboa”

Dá uma porrada ao ministro. Tolentino conta depois que Jardim também recorreu ao seu assessor de imprensa para transmitir as suas instruções ao director-adjunto do antigo órgão da diocese funchalense.

“Sobre uma fotocópia de um artigo do Público (26.09.2001) intitulado ‘A sujeira segundo Santana Lopes’, o referido assessor de Jardim (Paulo Pereira) escreve que ‘o sr. Presidente pede para que o JM publique estas denúncias do Pedro Santana Lopes’ sobre a alegada falta de transparência de sondagens desfavoráveis à sua candidatura, pedindo que seja feita ‘referência ao DN/Madeira, que também recorre aos serviços desta empresa de sondagens’.

‘Caro amigo, vê se publicas esta ‘história’ dando uma porrada no ministro da Saúde. Este texto confirma o ódio deste governo socialista pelos Madeirenses’ – escreve o mesmo assessor de Jardim noutra missiva dirigida à chefia do JM, recomendando : ‘Atenção: não divulgues a origem destes documentos’. (5 – *Ibidem*)

Voltando a Rui Fino. Sobre esta questão dos bilhetes escritos e de outras formas de intromissão de Jardim nos conteúdos, também falei demoradamente com Rui Fino, quando com ele almocei no Funchal. Perguntei-lhe como e porquê ele aguentou tanto tempo essa situação. Ficou silencioso e pensativo uns segundos mas respondeu de um modo que me pareceu sincero:

“É verdade, não nego que isso aconteceu. Mas Jardim sugeria educadamente, e eu acreditava que o trabalho que ele desenvolvera – água, luz, estradas em todos os cantos da ilha, coisa impensável poucos anos antes – era muito positivo. Ainda não tinha percebido era o outro lado da moeda, nomeadamente no que toca aos mais papistas que o papa, que se julgam donos de tudo, inclusive da lei e do pensamento e do carácter das pessoas. Pois, eu sei, eu sei, é a velha questão dos que se incomodam só quando o problema lhes bate à porta. O velho poema de Brecht. Assumo, mas insisto que fiz um jornal decente – tenho em meu poder declarações de vários partidos da oposição, UDP, CDS, PCP, quanto à qualidade informativa do “meu” Jornal da Madeira. Como já disse, no capítulo opinião é outra cantiga”.

Capítulo XLVIII

‘Telejardim’, o sonho

Desde que Jardim chegou ao poder em 1978, os órgãos de informação públicos – nomeadamente a RTP-M e RDP-M - têm andado sempre na corda bamba. As pressões e ameaças sobre jornalistas locais têm sido permanentes, a guerra com Lisboa variou de estilo e de intensidade, houve avanços e recuos. Mas a luta continua.

Jardim sonha ter a seus pés os centros regionais da RTP (rádio e televisão) e a delegação da agência de notícias (Lusa). Desde que preside ao governo regional – e já lá vão 32 anos - sonha com aquilo a que chama “regionalização dos órgãos de comunicação social do Estado”, o que para si é coisa simples: nomear administrações, as quais por sua vez indicarão quem ele entender para as respectivas direcções, que por seu turno cumprirão as agendas delineadas na Quinta Vigia – que vigiará depois o ordenamento dos Telejornais e noticiários radiofónicos e respectivos tempos de antena. Com um pequeno pormenor suplementar: quem terá de pagar o funcionamento da coisa sonhada será, claro, Lisboa.

A história é, pois, antiga – mas já em pleno século XXI, aquando dos governos nacionais de Durão Barroso e Santana Lopes, tendo como protagonista principal o ministro Morais Sarmento, registou-se um episódio notável.

A coisa esteve por um triz: em Outubro de 2002 Barroso anunciou na Madeira que os centros regionais das duas regiões autónomas iriam ser autonomizados, criando-se empresas participadas pelos governos regionais, Estado e outras entidades. E Jardim, julgando ter chegado o momento tão ansiado, não perdeu tempo: rapidamente gizou o decreto legislativo regional que criava o Instituto da Comunicação Social da Madeira

(ICSM) que iria gerir a participação da região no “JM” e nas futuras sociedades anónimas regionais do sector do audiovisual. Mas deu com os burrinhos na água.

O “Público” deu grande destaque a essa história, revelou as características e atribuições do novo organismo e enquadrou a notícia:

“Durão Barroso cedeu à reivindicação de Alberto João Jardim que persiste na ideia de assumir a tutela da rádio e televisão públicas na região, tendo já desenvolvido diligências para a substituição das chefias nas duas redacções. A intenção de interferir nos critérios editoriais da televisão pública (para ver ainda mais difundida a sua imagem e do PSD no arquipélago, excluindo as iniciativas da oposição nos telejornais que os seus adversários designam por ‘Telejardim’) mereceu repúdio da direcção regional do Sindicato dos Jornalistas ao considerar que ‘não estão reunidas as condições democráticas e de liberdade de informação mínimas para o executivo madeirense assumir a tutela da empresa’ e que ‘só nos regimes ditatoriais é que os presidentes dos governos interferem nos critérios editoriais e impõem a censura aos jornalistas’

A autonomização do centro regional da RTP, também proposto ao governo açoriano, não teve acolhimento de Carlos César que enjeita o papel de ‘controlreio’ da comunicação social. Antes defende que o serviço público da televisão deve ser assegurado pelo Estado.

No caso madeirense, a recém constituída RTP-Rádio e Televisão de Portugal participará com 50 por cento no capital social da futura RTP-Madeira, designação não definitiva, enquanto o governo de Alberto João Jardim tenciona repartir a outra metade com entidades privadas regionais ligadas ao sector. A Controlmedia de Jaime Ramos e a SIRAM, do também deputado social-democrata Sílvio Santos, são os mais bem posicionados candidatos a esta parceria(...)”. (1- “Jardim cria instituto para controlar RTP e RDP na Madeira”, Tolentino de Nóbrega, Público, 21.12.2002)

As negociações Governo Regional-RTP arrancaram, mas rapidamente se viu que não chegariam a bom porto. O interlocutor da RTP na Madeira era o vice-presidente do governo, Cunha e Silva, que cumpria à risca as instruções de Jardim. A RTP, por sua vez, também tinha que seguir as instruções da tutela quanto ao modelo económico-financeiro da empresa a criar. E a coisa foi-se arrastando porque não havia acordo possível em dois pontos fulcrais: o governo regional exigia a presidência do novo organismo, apesar do projecto de estatuto apresentado por Moraes Sarmiento atribuir à RTP, como concessionária do serviço público de rádio e televisão para todo o país, não só a presidência, mas também a maioria do conselho de administração; e, no que à participação financeira respeitava, na prática Jardim queria apenas “entrar” com o terreno onde fora construído o actual edifício da RTP-M, totalmente pago por Lisboa.

Disse-me fonte próxima da administração de Almerindo Marques (RTP):

“Jardim não aceitava pôr um tostão, pois valorizava de tal modo o terreno que tinha cedido que ainda se considerava credor. Por outro lado, também não garantia o financiamento de 50% do custo da operação, pois tinha que arranjar parceiros locais e a

coisa não estava fácil. Queria repartir poder sem repartir responsabilidades. Com a maior das naturalidades, Jardim pretendia que a administração da RTP - que andava, com grande rigor, a tapar buracos em Lisboa – abrisse nas calmas outro buraco na Madeira. Entretanto caiu o governo central e o dossiê foi encerrado”.

Perguntei ainda ao meu interlocutor se a RTP Lisboa nomeava o director de informação da RTP-M como entendia ou perguntava a Jardim quem deve nomear.

A resposta foi elucidativa:

“Actualmente, de acordo com a lei, a RTP nomeia e ponto final. O governo regional não é accionista, legalmente nada tem a ver com a questão. Na prática, contudo, não é bem assim. Pelo menos no tempo de Almerindo Marques teve-se sempre o cuidado de não nomear ninguém sem ouvir o responsável regional da área da comunicação social. Uma questão diplomática, digamos. O governo regional não nomeava, mas a administração da RTP não cometia o erro de escolher alguém que não tivesse o beneplácito de Jardim.”

Aqui não me contive e perguntei: “Erro? Beneplácito? Porquê?”

A minha fonte – que falou sempre na condição de ser mantido o anonimato – explicou com alguma ironia:

“É simples: havia que criar condições para, pelo menos à partida, o director de informação da RTP-M não ter a hostilidade de Jardim. Por isso a administração Almerindo teve todo o cuidado em encontrar uma solução de bom senso. Por exemplo: escolheu-se Leonel Freitas, que apesar de tido como próximo do PSD-M, parecia ser capaz de algum equilíbrio. Jardim concordou, mas foi sol de pouca dura. É que uma coisa é não hostilizar, outra é fazer fretes – como costumava dizer o Luís Marques, membro da administração RTP-Lisboa com o pelouro da informação, que defendia que a RTP-M não podia deixar de noticiar o que era notícia. Mas na Madeira de Jardim a realidade é outra: a mais leve isenção não chega – é indispensável estar ao serviço do governo, fazer o que o chefe máximo manda. Ele é que sabe o que é notícia, ele é que determina o que é que interessa divulgar. E o Leonel, que a oposição também acusava de estar a fazer o frete a Jardim, caiu em desgraça na Quinta Vigia. Ou pelo menos assim parecia publicamente, porque aqui em Lisboa também se sabia de várias histórias que mostravam a existência de um jogo de sombras que, de resto, são muito vulgares na Madeira. A verdade é que Leonel se foi mantendo e só recentemente pediu a demissão, que foi aceite, embora continue em funções. Mas mesmo esse pedido ainda está envolto numa nebulosa”.

Faz lembrar Ceausescu. Passemos a 2004, ano de eleições regionais. O PSD emitiu um violento comunicado contra “os critérios do Governo da República na incrível gestão da Radiotelevisão também denominada ‘portuguesa”.

Nessa tomada de posição oficial, o PSD-M considera ‘indesejáveis’, na Madeira, os jornalistas continentais da estação pública de televisão.

Miguel Sousa Tavares, que havia integrado uma comissão independente nomeada pelo ministro Morais Sarmiento com a missão de definir como deveria funcionar a televisão pública, escreveu sobre o que se estava a passar na Madeira.

Começou por acusar Morais Sarmiento de ter metido no bolso as conclusões da referida comissão e disse:

“(…) Entre as conclusões que ele fez desaparecer instantaneamente na atmosfera, estava uma que recomendava que as regras editoriais e deontológicas estabelecidas

para o funcionamento da TV pública tivessem, obviamente, extensão a todo o território nacional, incluindo Açores e Madeira. Porque, tanto quanto era do nosso conhecimento, nas regiões autónomas vigora a mesma Constituição, o mesmo regime democrático, o mesmo Estado.

Porém, a solução adoptada para a Madeira foi exactamente a oposta e veio ao encontro das antigas e persistentes exigências do soba local: a RTP-M foi dada de bandeja ao dr. Jardim, aí vigorando, como no resto da vida pública local, uma concepção de liberdade de informação que se confunde com aquela em que o dr. Jardim aprendeu a fazer jornalismo, no tempo do partido único, da censura e da ditadura. E a coisa seguiu assim, sem escândalo de maior. Esta semana, porém, a sem-vergonha do regime madeirense chegou ao extremo de o PSD-Madeira (um eufemismo do dr. Jardim) protestar oficialmente pelo facto de a RTP nacional ter enviado equipas de reportagem para cobrirem (exclusivamente para o continente) as eleições locais – o que, segundo eles, constitui um ‘insulto à alta capacidade dos profissionais da RTP-M’. E mais, indignaram-se eles com o facto de os jornalistas idos de Lisboa ‘se instalarem num hotel’, a partir do qual ‘transmitem para Lisboa aquilo que em segredo montam, com máquinas que trouxeram e aí colocaram’. Por mais que puxe pela memória, só consigo lembrar-me de coisa semelhante comigo ocorrida na antiga Roménia de Ceausescu. O PSD-M é hoje o único regime em toda a Europa que considera um insulto e uma ameaça a presença de jornalistas ‘estrangeiros’ a reportarem para fora como funciona o seu regime.

Será isto, pergunto, ‘o regular funcionamento das instituições democráticas’, tão caro ao Presidente da República? Ou a excepção democrática madeirense já está definitivamente assumida como coisa banal e inevitável?” (6 –“O preço da liberdade”, Miguel Sousa Tavares, Público, 08.10.2004)

Capítulo XLIX

A luta para ter a ANOP na mão

A história do relacionamento de Jardim com a delegação da ANOP/Lusa na Madeira é coisa complicada. Nos seus primeiros anos de poder foi mesmo complicadíssima – com vários episódios em que valeu tudo. E há também alguns mistérios ainda não desvendados.

Recentemente, Gregório Gouveia escreveu no semanário “Tribuna da Madeira” um texto com muitos pormenores sobre a ANOP (que deu origem à actual Lusa) que vale a pena conhecer.

“Estávamos nos primeiros anos de governação do novo inquilino da Quinta Vigia. Os anos de 1978 a 1982 foram de “cortar à faca”, quanto à perseguição movida contra os jornalistas da agência noticiosa ANOP. Um deles foi Hélder Guerra, outro foi António Marinho Pinto (actual Bastonário da Ordem dos Advogados, que chegou à Madeira em Dezembro de 1979 para chefiar a Delegação daquela agência noticiosa)” – assim começa a crónica deste advogado, compulsivo leitor de jornais, coleccionador de recortes de imprensa e estudioso da História da Madeira.

Depois enumera vários episódios concretos da guerrilha encabeçada por Jardim, de que respigo apenas três:

- *Segundo o comunicado do Gabinete de Comunicação Social do Governo Regional, em 13/06/1979, “a ANOP adoptou o projecto de sociedade marxista e colectivista. O Governo da Região Autónoma da Madeira luta pela institucionalização de uma sociedade humanista e democrática. É este o essencial da questão, tudo o resto são manobras de diversão e subtil sabotagem da opinião pública”.*

- o Despacho 47/80, de 13 de Outubro, do Presidente do Governo Regional, suspendeu a prestação à ANOP de informações, dados ou esclarecimentos por qualquer serviço, instituto público ou empresa regionalizada.

- *Com a criação do Centro Regional da ANOP pelo Dec-Lei 557/80, de 29/11, o Governo Regional passou a emitir acordo sobre a pessoa a nomear para director, apesar deste ser nomeado pelo Conselho de Gerência. A partir daqui, o director estava automaticamente vinculado politicamente ao Poder regional, como era desejo deste. De tal maneira que o Governo Regional podia propor a exoneração do director e ter acesso a todas as informações e documentos “julgados úteis para acompanhar a actividade do Centro”.*

Um episódio delicioso. Só por este pequeno conjunto de notas de Gregório Gouveia podemos já ter uma ideia do que se passava há 30 anos na Madeira no que à ANOP respeita. Há, contudo, um outro episódio, delicioso, que ajuda a traçar o retrato da situação existente na ilha nesta área.

A coisa passou-se em Junho de 1980. O Governo Regional queria enviar um ofício confidencial para o Conselho de Gerência da RTP, em Lisboa, mas por engano fê-lo chegar ao delegado da RTP no Funchal. Este abriu o envelope e ficou a saber que o dr. Alberto João propunha à RTP a sua própria demissão...

A ANOP – cujo delegado no Funchal era então António Marinho Pinto – soube do caso e, entendendo que tal proposta era notícia relevante, divulgou-a, o que fez com que Jardim ficasse furibundo e emitisse um violento comunicado onde, para além de explicar o engano e desancar no delegado local da RTP, dizia: *“Mais estranha o Governo Regional que a ANOP, empresa pertencente ao Estado, promova a divulgação de matéria tratada sob classificação de “confidencial”, o que demonstra bem o estado das instituições do nosso país”.*

O director de informação, José Manuel Barroso, respondeu de imediato com outro comunicado:

- *A ANOP é um órgão de comunicação social (empresa pública) que se rege pelos princípios comuns a todos os outros do mundo democrático. Isto é, independência do poder e das forças políticas, subordinação às regras deontológicas que norteiam a profissão*

- *A agência não distribui notícias com o objectivo de prejudicar pessoas ou entidades. Mas não deixa de dar notícias porque poderiam vir a desagradar a pessoas ou entidades. É um princípio básico da imprensa em todo o mundo ocidental, de que não abdica*

- *O jornalista da delegação da ANOP no Funchal procedeu de forma correcta do ponto de vista ético e profissional. Não violou qualquer correspondência. Obteve uma informação de fonte fidedigna, verificou a sua veracidade e publicou-a. (...) Não violou nenhum segredo de Estado, nem pôs a segurança do país e das instituições em perigo.*

- *(...) A ANOP não é um Gabinete de Imprensa de qualquer Governo, da administração pública ou das forças da oposição. Se o fosse, deixaria de ser um órgão de informação para se transformar em um órgão de propaganda.*

A guerra de comunicados continuou, com Jardim a referir-se ao director de Informação da Lusa como “o conhecido sr. Barroso” – e este a solicitar que Jardim comprovasse, o que nunca fez, as acusações de que a Lusa estava a fazer política e não informação.

O trivial, portanto. E coisa que não impede, claro, que hoje sejam bons amigos.

A independência violada. Como Gregório Gouveia também escreveu, o governo Balsemão deu uma prenda a Jardim: com a criação do Centro Regional da ANOP pelo Dec-Lei 557/80, de 29/11, o Conselho de Gerência da ANOP só podia nomear o respectivo director desde que Jardim desse o ámen.

Naturalmente, tal decisão foi fortemente contestada quer pela oposição madeirense e continental, quer pelo Sindicato dos Jornalistas, que emitiu um comunicado onde se lê:

“A independência dos meios de comunicação social do Estado face ao Governo e à Administração Pública, constitucionalmente garantido, está a ser gravemente violada. (...) Se se tiverem em conta os sucessivos ataques que, no caso da Região Autónoma da Madeira, o chefe do Executivo local tem dirigido contra os jornalistas da ANOP em serviço no Funchal, poderá ajuizar-se o que poderão representar, para a informação livre e independente, as normas decretadas pelo Governo e já condenadas pelo Conselho de Imprensa”.

Nesse contexto, o SJ, acompanhando idêntica atitude do Conselho de Imprensa, solicitou ao Governo de Lisboa “a revisão do decreto sobre a regionalização das delegações da ANOP” e exigiu do Executivo “garantias de uma política de informação democrática, de respeito pelos jornalistas e a salvaguarda da independência dos importantes meios de comunicação do Estado”.

O “caso Marinho Pinto”. Nesta história ANOP-Jardim há, ainda hoje, muitos pontos nebulosos. O triénio 1980-1982 é a chave.

Vejamos o “Caso António Marinho Pinto”, delegado da agência no Funchal durante um ano (Dezembro de 79 a Dezembro de 80).

O actual Bastonário da Ordem dos Advogados lembra-se perfeitamente do que foi aquele ano na Madeira mas, disse-me, tem pouco para contar. Inicialmente Jardim foi muito simpático: quis convencê-lo a “assentar arraiais” no Funchal pois, como afirmava, a Madeira precisava de quadros como de pão para a boca; a sua mulher arranjou logo trabalho; tiveram muitas conversas; numa palavra, a simpatia em pessoa.

Depois, começou a telefonar-lhe com alguma regularidade e a certa altura já queria saber a agenda ANOP. Com toda a delicadeza levou sopa, os contactos continuaram e chegou a altura de querer conhecer as fontes de determinadas notícias.

“*Aí as coisas azedaram*” – disse Marinho. Pouco depois Jardim começou a contestar publicamente notícias da ANOP e começaram também a chegar cartas anónimas com notícias falsas para ver se caía na esparrela de as publicar.

Até que chegou a altura de aparecer um comunicado oficial muito desagradável para o delegado da ANOP no Funchal, atacando-o sem cerimónias. Marinho respondeu à letra e, entre outras coisas, disse que tinha ido para a Madeira porque a sua empresa o convidou para ocupar o lugar – e só sairia quando a sua empresa assim o decidisse. “*E a empresa pouco tempo depois decidiu*” – disse, sorrindo, Marinho Pinto.

O Presidente da ANOP, Suley Valy Mamede, membro destacado do PPD/PSD, convidou-o a regressar a Coimbra ... com o salário que auferia na Madeira. “*O que era francamente bom*” – disse Marinho e confirmaram-me também alguns dos mais antigos profissionais da ANOP que ainda hoje continuam na Lusa e se lembram bem desse e doutros episódios.

“*Na verdade já estava cheio da Madeira. Aquilo era pequeno, o ambiente asfixiante e o trabalho pouco gratificante. Regressar a Coimbra era aliciante. Com uma dupla vantagem: a Madeira livrava-se de mim e eu livrava-me da Madeira*”.

Durante a conversa, e perante algumas questões que lhe coloquei e casos que lhe lembrei, António Marinho Pinto confirmou que Jardim recebe bem, é uma pessoa simpática e tem um excelente sentido de humor. “*O problema é que tem de se estar de acordo com ele. Se não leva a água ao seu moinho está tudo estragado*” – disse, divertido. E confirmou aquilo que é já do domínio público e só não vê quem não quer ver: Alberto João usa sempre a mesma técnica. Primeiro informa-se sobre quem chega do Continente para cargos que ele considera relevantes e depois tenta envolver o recém-chegado, tudo com uma única finalidade: tê-lo do seu lado. Nessa altura, é o paraíso, é tudo facilidades, o melhor dos mundos, não falta nada. Se a coisa não é o que ele quer, o processo vai passando para outras

fases: primeiro a ameaça velada, a seguir o fechar de portas, depois a perseguição se for preciso.

“Como síntese, pode dizer-se que a pressão sobre jornalistas, magistrados e outros profissionais é muita e o medo faz parte da paisagem imposta?” – perguntei.

“Eu limitei-me a contar sinteticamente o que se passou comigo, o que eu senti, o que eu vi. As sínteses e as conclusões já não são comigo” – rematou o actual Bastonário dos Advogados.

Contradições, ou talvez não. O ano de 1981 foi muito complicado para a ANOP. Começaram a surgir notícias de que o Governo Balsemão queria acabar com a agência pública e criar outra aberta aos privados. Motivos políticos estranhíssimos estavam nos bastidores de tal ameaça.

Em Lisboa, a oposição a tal hipótese foi forte e dura. No Funchal, também – com Jardim a ter posições contraditórias, ora a favor, ora contra, pesando sempre qual era a fórmula mais favorável para poder ter uma agência a seus pés.

Assim, quando, no início de Agosto de 1982 o Governo de Balsemão anunciou que ia encerrar a ANOP, Jardim veio a terreiro mostrar a sua indignação por tal medida.

Titulava o DN-M no dia 4 desse mês: *“Desastroso erro político o encerramento da Agência” – posição de Alberto João Jardim.* E o redactor de tal notícia – Luís Calisto – escrevia depois que estava montado na Madeira *“o último reduto de resistência contra a medida assumida pelo secretário de Estado da Comunicação Social, José Alfaia, resistência que conta com as vozes não só de Jardim, mas também da esmagadora maioria das forças políticas do arquipélago”.*

Na verdade, só o CDS apoiava a decisão do Governo Balsemão de extinguir a agência de notícias, tendo chegado a emitir um comunicado onde, entre muitas outras coisas, atacava o que chamava *“a situação principesca da senhora directora regional da ANOP”* (a já referida jornalista Maria Virgínia de Aguiar, que tinha um relacionamento privilegiado com o Presidente do Governo Regional. De resto, como sabem os redactores mais antigos da agência, quando Jardim vinha a Lisboa e os contactos oficiais não funcionavam, havia sempre uma solução miraculosa: telefonar para casa de Maria Virginia - na altura não havia telemóveis - que ela sempre arranjava maneira de o pôr em contacto com quem, na ANOP, precisava de lhe falar).

Seja como for: ao que me dizem ‘velhas’ figuras da luta contra a tentativa gorada de extinção da ANOP protagonizada pelo secretário de Estado Alfaia, Alberto João Jardim empenhou-se a fundo nessa luta, apesar de um ano antes defender exactamente o contrário. Mas isso não é coisa que surpreenda, tantos têm sido os zigue-zagues e as contradições do governante ilhéu. Curioso é, neste caso, o seu

comportamento no concreto: ao que me contaram, o líder insular foi um entusiasta opositor à extinção da agência, tendo-se metido de corpo inteiro nessa luta e ajudado de várias formas, cabedais públicos incluídos. A ANOP, pelos vistos, dava e deu muito jeito.

Capítulo L

Uma testemunha chamada Jaime Gama

Em 1992, “O Jornal” publicou uma reportagem chamada “Madeira Carunchosa”. De modo estranho, os 700 exemplares chegados ao Funchal esgotaram-se num ápice – e Jardim, furioso, pôs o semanário em Tribunal. Jaime Gama foi testemunha de defesa do jornal. É didático, a vários níveis, conhecer o processo e ler uma súmula do depoimento do hoje Presidente da Assembleia da República.

Lina Pacheco Pereira foi a repórter. A edição de “O Jornal” tinha a data de 27 de Março de 1992. A manchete era clara: “Madeira carunchosa”. Na página 4, título a toda a largura: “Madeira, jardim poluído”.

A síntese rezava assim: *“Corrupção, perseguição, favores e cumplicidades políticas ou familiares. Muitos dos casos nem chegam à barra do tribunal porque os madeirenses se vão habituando a conviver com os escândalos como se eles fizessem parte do exercício normal do poder. Um dirigente de um partido da oposição foi há dias confrontado com um verdadeiro drama humano. Um humilde militante daquele partido tinha que suspender a actividade partidária porque, em troca da sua militância, a Junta de Freguesia do seu bairro lhe prometera materiais para construir uma casa. Na Madeira, o poder autoritário impõe as suas próprias regras. Quem não entra no jogo arrisca o posto de trabalho (o Governo é a maior entidade empregadora), o negócio ou, pura e simplesmente, deixa de ter direito ao sossego. Nesta luta contra o poder laranja na Madeira, há mesmo quem só já confie em ser defendido por advogados do Continente. As histórias aqui contadas são apenas alguns exemplos de como as regras mais elementares de um Estado democrático estão viciadas na região autónoma da Madeira. Tão viciadas que a Imprensa local – com honrosas excepções – silencia as notícias incómodas para o poder, como aconteceu com o caso de João de Freitas ou do Tribunal de Contas, aqui relatados”.*

A reportagem de Lina Pacheco Pereira debruçava-se fundamentalmente sobre quatro casos, dois dos quais também já aqui referidos através de outras fontes: “Ex-director da Inspeção Económica de castigo em armazém de raticidas”; “Expropriações em Santa Catarina: família do vice-presidente ganhou 40 mil contos”; “Contabilidade de Jardim sem rei nem roque” (com base no relatório do Tribunal de Contas referente a 1989); “Farmácias suspeitas de burla com receitas falsas”.

Jardim não gostou mesmo nada do que leu e anunciou de imediato, através do “JM” e do semanário “Diabo”, que ia processar “O Jornal” – a quem apelidou de pasquim e jornal oficioso da ‘esquerda’ portuguesa.

Contudo, o mais interessante da história – e insólito – é que, como noticiou “O Jornal” na semana seguinte, poucas horas depois de ter chegado ao Funchal a edição com a reportagem de Lina Pacheco Pereira estava esgotada.

“Contínuos do Governo Regional e comissários políticos do PSD compraram ‘aos dez e quinze jornais’ de cada vez” – dizia aquele semanário.

Os 600 exemplares que habitualmente iam para aquela região autónoma, mais um reforço de cem, desapareceram rapidamente dos habituais postos de venda.

“Várias pessoas com quem “O Jornal” contactou afirmaram que essa medida foi pior para o Governo de Jardim, uma vez que despertou a curiosidade de numerosos madeirenses que habitualmente não lêem este semanário. Agora é a corrida às fotocópias(...).”

A defesa de Lina Pacheco Pereira e de “O Jornal” esteve a cargo de José Carlos Vasconcelos, prestigiado jornalista e advogado que, depois de ter mostrado que a matéria constante da acusação se refere a *“factos verdadeiros, ou sobre os quais existem indícios suficientes de o serem, que se impunha fossem noticiados, no exercício do direito-dever de informar dos jornalistas, e dado o interesse público das matérias em causa”*, sublinhou relativamente a Jardim:

“Esta tentativa de processo-crime não pode porventura deixar de se inserir na ofensiva e tentativa de intimidação contra jornalistas livres e que ousam escrever sobre a sua acção política, em termos que não lhe agradam. E já que não pode pôr processos contra o presidente Bush ou grandes figuras internacionais, como o falecido Willy Brandt, envolvidos no ‘complot’ que a sua imaginação criou, vai-se ficando por alguns jornalistas do continente ‘colonialista’. De resto, a matéria concreta, os casos concretos, referidos no texto incriminado, não foram postos em causa. E não há nenhuma acusação difamatória ou injuriosa, contra o queixoso, ou contra o Governo Regional – há, sim, implícita, uma responsabilização política por uma certa situação.

E só a conhecida tendência ou a convicção do queixoso de que a Madeira é ele pode ‘explicar’ este processo: ou alguém vê Mário Soares ou Cavaco Silva a mover um processo-crime a um jornal por este escrever que em Portugal continental há corrupção, compadrio e autoritarismo?...”

O mais curioso da questão é que, mais uma vez, Jardim ameaçou, processou, foi notícia e, na sua óptica, ficou com a honra lavada.

Passados meses ou anos, já com o julgamento quase a iniciar-se, desistiu da queixa – um acordo entre advogados tudo resolveu, neste caso concreto através de uma carta inócua da jornalista e do director do jornal, garantindo o óbvio: reiteravam que a matéria jornalística era factual “*sem prejuízo de admitir que os títulos e destaques podiam ter implícitos juízos de valor*”; e garantiam que não tinham qualquer intenção de ofender ou pôr em causa a honorabilidade pessoal do queixoso, nem de atingir ou denegrir a Região Autónoma da Madeira e seus órgãos de governo. Uma clássica entrada de leão e saída de sendeiro – sendo que a negociação, por parte da Madeira, esteve a cargo do deputado e advogado Guilherme Silva.

O depoimento de Gama. Com este desfecho, as testemunhas não entraram em acção – e o que tinham a dizer não foi dito.

Contudo, como testemunha de defesa de “O Jornal”, o deputado Gama enviou por escrito o seu depoimento, que ficou apenso ao processo.

Ao lê-lo, sorri: Gama entendeu que o melhor testemunho que poderia prestar era apresentar em Tribunal a sua longa intervenção no debate sobre o défice democrático na Madeira, que se realizou na Assembleia da República em Maio de 1992.

Na impossibilidade de aqui o reproduzir na íntegra, fico-me pelas “*sete observações à saúde institucional da Região Autónoma da Madeira e da prática política aí conduzida pela maioria regional*”, que são parte relevante do documento.

Embora à primeira vista essas sete observações possam parecer uma opção pouco adequada à defesa de um texto jornalístico em Tribunal, a meu ver era uma peça relevante na problemática em causa – como ainda hoje é um texto de grande utilidade para quem quiser conhecer o que ao longo dos anos tem sido o regime vigente na Madeira.

Sublinhando que este texto é de 1992, passo a citar as referidas sete observações:

1 – Um peso asfíxiante do poder político-partidário e da Administração sobre a economia e a sociedade

Num espaço relativamente pequeno como é o de uma ilha, o hiperdimensionamento da máquina política e administrativa acaba por voltar-se contra a dinâmica crítica e criadora da sociedade civil, atrofiando parte dos seus potenciais. A confusão entre Administração e partido, aliada à confusão entre poder institucional e poder pessoal, agrava o fenómeno de centralização, retirando as desejáveis margens de liberdade. Com o volume excessivo da administração regional, na

Madeira, com notáveis excepções, é enorme a quantidade dos que trabalham para a Administração, dela dependem ou a ela querem acolher-se. Daqui nasce o nada saudável fenómeno de uma gigantesca clientela, agravado pela conexão entre as esferas do partidário, do público e do privado. Dificilmente cidadãos, associações ou empresas se libertam dessa teia de dependências, e os que o fazem recebem sempre algumas consequências.

A autonomia, correctamente entendida, requer aligeiramento desta carga obsessiva do trio partido-política-administração e mais dinamismo para a intervenção da sociedade, das empresas, das associações e dos cidadãos.

2 - A notória falta de regras nas contas regionais

Se excepcionarmos o problema da derrapagem na dívida pública regional (cerca de 100 milhões de contos), a que os governos da República têm procurado dar resposta com sucessivos programas de reequilíbrio financeiro, a panorâmica da utilização dos dinheiros públicos na Região não é nada tranquilizadora: não existem informações sobre a atribuição de subsídios; quando existem, não se fundamentam em normas legais; os apoios financeiros às autarquias não se baseiam em critérios minimamente objectivos e são feitos totalmente à margem da Lei de Finanças Locais, com significativos favoritismos partidários; os orçamentos regionais são feitos sem o menor realismo quanto à previsão de receitas e despesas; a concessão de avales processa-se em termos de profundo descontrole; não está eliminado o favoritismo na outorga de contratos ou na concessão de empreitadas; a escrituração e contabilização do movimento da dívida regional enferma de graves lacunas; não existem elementos convincentes sobre o sector público regional; e o facto de serem muito duvidosos os elementos de fiabilidade de escrita e contabilidade da tesouraria do Governo Regional levou a que não fosse possível ao Tribunal de Contas julgar a conta do tesoureiro da Região referente a 1989.

A tudo isto acresce o facto de que não são publicados dados estatísticos. A credibilidade do sistema autonómico exige uma clara transparência quanto à utilização de dinheiros públicos por parte da administração regional madeirense.

3 - Um irrespirável controlo governamental da comunicação social pública.

A RTP/Madeira tem um director nomeado mediante parecer vinculativo do Governo Regional e é hoje um órgão de propaganda continuada do seu Presidente.

Contrariando o movimento de privatização da imprensa, as autoridades regionais compram publicações, umas para as fechar, outras para lhes ditar a orientação.

Conjugando a concessão de subsídios com os contratos de publicidade, o Governo Regional procura influenciar a linha editorial da imprensa independente.

O visionamento prévio de reportagens, a retirada do mercado de números com artigos incómodos, a condenação pública de jornalistas e periódicos, tudo serve para manter na Madeira um clima de ausência de informação e discussão, sem paralelo em qualquer outro ponto do território nacional.

A autonomia democrática é incompatível com a repetida utilização de técnicas primárias de acção psicológica, antes exige uma opinião pública responsável, adulta e rectamente formada.

4 - Um clima de permanente intimidação sobre os discordantes

Quando, em qualquer parte, os poderes democráticos fomentam o próprio sentido crítico, o julgamento independente, o espírito analítico, a controvérsia, a discordância, a confrontação aberta de pontos de vista, o Governo Regional da Madeira intimida, por sistema, todo aquele que ousar divergir.

Notas oficiosas que, em princípio, se devem destinar ao esclarecimento das populações sobre questões de interesse público, são, frequentemente, usadas para insultar os autores de qualquer apreciação menos conforme com os valores oficiais.

O Presidente do Governo não se inibe, minimamente, de insultar, com os mais gravosos impropérios, qualquer cidadão que exerça o direito de pronunciar-se de forma heterodoxa em relação aos méritos da administração regional. Os funcionários públicos são proibidos de emitir opiniões (há processos por delitos de opinião) e os seus pareceres são obrigados a não terem pontos de vista discordantes do Governo Regional. Nos conselhos directivos das escolas só elementos da confiança do PSD têm direito a assumir funções.

Numa sociedade tradicional, em que ninguém aprecia sobremaneira ver o seu nome agredido ou insultado, o peso intimidatório do terrorismo verbal - a que recorrem, por sistema, o principal responsável do Governo ou o líder parlamentar regional do PSD - é um poderoso factor de inibição e bloqueamento político.

O reforço da autonomia madeirense exige, em absoluto, o fim deste género de práticas. Democracia não é tirania da maioria.

5 - O desrespeito pela oposição - por toda e qualquer oposição -, nomeadamente na Assembleia Regional.

Para o poder instituído na Madeira a oposição não é uma outra forma de servir os interesses do arquipélago, uma alternativa possível à governação regional ou um fiscalizador saudável e necessário dos actos governativos. Não! A oposição é, pura e simplesmente, um bando de criminosos, tratados como animais e não como pessoas de bem.

Seja comunista, UDP ou CDS, seja independente ou PS, um opositor ao PSD/Madeira não tem a menor razão para existir. A redução a nada, à ínfima espécie dos mais abjectos e desprezíveis dos seres, a sua fustigação como trãsfugas, delinquentes ou traidores, é um dos mais perturbantes aspectos da filosofia e da prática políticas do PSD regional.

É, aliás, dessa derrapagem totalitária - que só não assiste a graus mais elevados de concretização final em virtude do enquadramento nacional - que decorre o nível de funcionamento da Assembleia Regional, um órgão parlamentar em que é extremamente difícil e raro interpelar o Governo, realizar sessões de perguntas, obter respostas a requerimentos, constituir comissões de inquérito.

A transmissão de algumas peças do debate da interpelação suscitada, há dias, pelo PS na Assembleia Legislativa Regional da Madeira - e a farsa condenatória que ali ocorreu no dia seguinte -, deu a conhecer a muitos portugueses o que significa a democracia parlamentar para o PSD daquela Região Autónoma.

A autonomia reclama um outro entendimento das funções positivas da oposição, o seu direito de audição pelo Governo em matérias de interesse regional, uma urgente revalorização da dignidade institucional da Assembleia Regional da Madeira.

6 - O procurado confronto sistemático com as instituições.

A lógica de actuação do PSD/Madeira é, de há muito, a lógica do poder de facto, à margem das instituições e contra elas.

Durante 16 anos, a Região viveu sem estatuto definitivo, um capricho longamente tolerado e sistematicamente usado numa paranóia de confrontação cega a que ninguém escapa.

Um sindicato, uma associação ou um partido discordam - são sumariamente julgados, condenados e politicamente executados.

Um empresário não percorre o corredor certo para a obtenção de graças - é um capitalista ordinário.

Um jornalista, ou um jornal, não obedece - não leva subsídios, corta-se-lhe a publicidade, compra-se a edição ou a empresa, insulta-se e calunia-se.

Um bispo atreve-se a referir condições de extrema pobreza e promiscuidade - apanha com uma nota oficiosa.

A polícia ou os tribunais querem exercer as suas funções de forma independente - terão de ser regionalizados.

As Forças Armadas não se coadunam com os caprichos da autoridade existente na Região - são um bando de efeminados e cobardes.

O Ministro da República atreve-se a vetar um diploma - é cubano.

O Primeiro-Ministro e o Governo não pagam a dívida - «não precisamos do PSD nacional para nada e se for preciso temos sempre o recurso àqueles argumentos que se sabe».

A Assembleia da República quer discutir a Madeira - não é competente e os seus membros, a começar pelos do PSD, pertencem a uma classe política sem nível.

O Presidente da República diz que há um défice democrático na Região - não merece que se levantem da cama para o reeleger.

Este activismo, que se alimenta ainda da sempre tenaz conspiração contra a Madeira, arrasa e não deixa ninguém de pé.

Com os anos, na democracia portuguesa, tudo se civilizou, excepto este furor contra as instituições, as pessoas e até as coisas.

A autonomia regional precisa, na Madeira, de mais serenidade e de outro sentido das responsabilidades cívicas, políticas e institucionais.

7- Uma concepção isolacionista - e isolada - de autonomia.

A doutrina do PSD/Madeira sobre o modelo autonómico desejável é a de que ele se define, principalmente, pela negação.

Quando em toda a parte se esbatem barreiras de informação, circulação, comunicação - para mercadorias, para bens, para capitais, para ideias e para pessoas - o poder autonómico PSD/Madeira coabita, com agressividade desmesurada, num espaço nacional que a concretização da integração europeia forçosamente está a conduzir a outros padrões de

cooperação, entendimento mútuo, participação, activa solidariedade e entreaajuda generalizada

Ora, a autonomia existe para vencer barreiras e não para que se transforme ela própria, a autonomia, em mais uma barreira. Isso seria o pior de todos os anacronismos e a negação da ideia mesma que levou à admissão, na Constituição democrática, de regimes específicos de autonomia político-administrativa com órgãos de governo próprios, para os arquipélagos insulares portugueses, cujas desigualdades e assimetrias se pretendia superar.

É cada vez mais necessário substituir um modelo isolacionista, isolado e confrontacional de autonomia por um conceito e uma prática integradores, participantes, solidários e construtivos da autonomia regional.

Se não é lícito duvidar da legitimidade do PS para tematizar as questões que acabei de enunciar, ninguém deverá, por outro lado, pretender confundir os objectivos políticos com que foram formuladas as observações precedentes. Disse-o e repito-o: não se trata de lançar um anátema, trata-se de contribuir para que, de futuro, possam ser evitados abusos, corrigidas anomalias, eliminadas deficiências e défices e repostos padrões inquestionáveis de funcionamento institucional numa Região Autónoma que tanto prezamos”.

Há 18 anos, Gama descrevia assim o regime autonómico de Jardim. Era o tempo em que até apelidou o líder insular de “Bokassa da Madeira”.

O diabo, porém, é que em 2009, quando Gama, já Presidente da Assembleia da República, visitou oficialmente a Madeira, em plena Assembleia Legislativa referiu-se a Jardim como “figura ímpar” e “combatente político em democracia”, elogios fortemente aplaudidos pela bancada laranja e que reiterou mais tarde em entrevista à RDP.

Alguém pode explicar esta mudança? Ou será que Bernardino da Purificação, autor de blogue madeirense “Terreiro da Luta” tinha razão quando, em 18 de Março de 2009, analisou a questão dos elogios de Gama a Jardim num texto intitulado “O trabalhinho do dr. Gama”:

“Para os mais esquecidos recordo que na mente preclara do dr. Gama já não há uma sombra sequer do Bokassa de tempos idos ou do défice democrático de má memória. Onde antes havia um ditador há agora um ilustríssimo democrata. E o patriota imenso que o dr. Jardim obviamente agora é, nada tem a ver com o famigerado separatista de outros tempos. As coisas mudaram, em suma. Mudou evidentemente o dr. Gama. E mudou, pelos vistos, também o dr. Jardim. A maçada é que ninguém percebeu em que ponto da política lusa se produziu o clique que deu origem a tão acentuada mudança. Bora lá perguntar ao dr. Gama quando e como foi? Ao dr. Jardim não vale a pena que ainda é capaz de nos fazer

um manguito, mandar bardamerda ou levar a tribunal. Mas já que o dr. Gama é um senhor polido e paciente, e uma vez que preside ao órgão de soberania que o seu inesperado ídolo, em vistosas cuecas, mandou um dia àquela parte, há-de fazer-nos certamente o favor do esclarecimento conveniente. Mas note-se. Não me refiro ao esclarecimento que pessoalmente lhe convenha. Refiro-me ao outro. Àquele que a seriedade não dispensa”.